

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL  
SETOR LITORAL**

**TAISE ALESSANDRA PASSOS**

**EM BUSCA DA YVY MARÃEY: CAMINHADAS MBYÁ GUARANI À BEIRA DO  
OCEANO E OS SENTIDOS DA *OGUATÁ PORÃ***

**MATINHOS**

**2021**

**TAISE ALESSANDRA PASSOS**

**EM BUSCA DA YVY MARÃEY: CAMINHADAS MBYÁ GUARANI À BEIRA DO  
OCEANO E OS SENTIDOS DA *OGUATÁ PORÃ***

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Bacharelado em Gestão Ambiental,  
Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Elisa de Castro  
Freitas

**MATINHOS**

**2021**

## EM BUSCA DA YVY MARÃEY: CAMINHADAS MBYÁ GUARANI À BEIRA DO OCEANO E OS SENTIDOS DA OGUATÁ PORÃ

Ac. Taise Alessandra Passos

e-mail: [taise.alessandra.tap@gmail.com](mailto:taise.alessandra.tap@gmail.com), Universidade Federal do Paraná;  
Brasil

Dra. Ana Elisa de Castro Freitas

e-mail: [anaelisa@ufpr.br](mailto:anaelisa@ufpr.br), Universidade Federal do Paraná, Brasil.

### RESUMO

Essa pesquisa resulta do Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão Ambiental da primeira autora e foi desenvolvida no Laboratório de Interculturalidade de Diversidade do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de estudo de coletividades Mbya Guarani e sua relação com a Mata Atlântica, focalizando caminhadas em direção à porção litoral do seu território, que se estende pela Argentina, Paraguai, Uruguai e, no Brasil, nos estados do Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Busca-se compreender as motivações das caminhadas em direção ao litoral, referidas na literatura como “caminhadas a beira do oceano”, “caminhar para o bem”, “belo caminhar”, *Oguata Porã*. Alguns autores focalizam trajetos e espaços (LADEIRA, 2007), o modo e a poética do andar (FREITAS, 2016), a mitologia que orienta o caminhar (CADOGAN, 1992). Nos mitos de criação e destruição do mundo, tais caminhadas são motivadas pela crença de que, no andar em direção ao mar, a pessoa Mbyá pode alcançar a terra sem males e transpor o mal que envolve a vida nessa terra. A *oguatá porã* é guiada por *Nhanderu-xi*, pai-mãe verdadeiros, revelada nos sonhos ou visões. Na literatura, a terra sem males, lugar de *Nhanderu* (*Nhanderu retã*), se encontra depois do mar, sendo o litoral, incluindo as ilhas, local privilegiado para o acesso a *yvy marãey*, considerado espaço dos escolhidos. O *nhandereko* (modo correto de ser e viver) é fundamentado pela espiritualidade e praticado no cumprimento de preceitos, interligando mito e mundo, desde tempos imemoriais. Nessa perspectiva, a pesquisa busca avançar na compreensão dos sentidos contemporâneos da *oguatá porã*, rumo a *yvy marãey*, no contexto do litoral do Paraná, a partir do diálogo com uma interlocutora Mbyá Guarani, Juliana Kerexu, cacique da aldeia/tekoa *Taquaty*, em Paranaguá na Ilha da Cotonga, que se compreende nesse percurso em busca da terra sem males.

Palavras-chave: *Oguatá Porã*; Litoral do Paraná; Mbyá Guarani; Terra sem Males; Ciências Ambientais

## 1. PENSANDO O TERRITÓRIO GUARANI

Minha primeira visita a uma aldeia Mbyá Guarani aconteceu no segundo semestre do ano de 2018, através de uma Interação Cultural e Humanística, que faz parte da grade curricular do curso de Gestão Ambiental do setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Nessa ocasião, visitei a aldeia/*tekoa* Araçaí, em Piraquara, localizada na porção divisora das águas das bacias Atlântico Sul e do rio Iguaçu. A segunda oportunidade se deu através do Encontro Regional de Agroecologia, no primeiro semestre de 2019, evento que ocorreu na aldeia/*tekoa* Ka'aguy Porã, localizada na porção sul do território brasileiro Mbyá, litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, bacia hidrográfica do rio Maquiné. Esse encontro foi realizado em quatro dias, todos os participantes dormiram próximos à aldeia, acampados em uma clareira na mata feita pelos organizadores do evento, que incluía os guaranis da aldeia. A última experiência ocorreu através da participação em atividades colaborativas entre o Programa Bem Viver Guarani na Bacia Atlântico Sul, coordenado pela Profa. Ana Elisa de Castro Freitas e vinculado ao Laboratório de Interculturalidade e Diversidade/LaID do Setor Litoral da UFPR e o Projeto de Etnodesenvolvimento E-commerce, desenvolvido pela Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio/FUNAI em Paranaguá e coordenado pela servidora indigenista Caroline Willrich. Tais atividades foram sediadas no LaID/UFPR e ocorreram no segundo semestre de 2019, com saídas de campo em duas aldeias/*tekoas* localizadas no litoral paranaense, respectivamente *tekoa Kuaray Hexa* e *tekoa Kuaray Guata Porã*. Nessa sequência de experiências, especialmente a última, tive a oportunidade de dialogar com uma série de interlocutores mbyá guarani, e algumas dessas conversas envolveram vivências rituais, na Casa de Rezas/*Opy*, instituição central na vida guarani, marcando a minha trajetória de imersão na cultura Mbyá Guarani.

Esses projetos foram de extrema importância para minha carreira de gestora ambiental. Através deles, pude exercitar a perspectiva de dentro dos processos de um projeto de etnodesenvolvimento, participando da definição das etapas e metas, e do desenho de quais os passos necessários para realizá-lo. Também testemunhei os entraves burocráticos envolvidos na execução de políticas públicas e projetos, desenvolvendo capacidades imprescindíveis para a prática profissional de gestão ambiental, desde a concepção de um projeto - seja ele ambiental ou socioambiental - até seu desenvolvimento e avaliação, capacidades que irão permear a minha profissão. Pude entender um pouco do trabalho da FUNAI na ponta da execução de suas práticas. Apesar das minhas diversas críticas ao viés colonial enraizado em um órgão indigenista estatal, e que passa por diversas mudanças no período atual. Meu convívio com os

coletivos Mbyá Guarani, em todas essas situações, pude ver a natureza e o ser humano vivendo em harmonia, diferente do que muitos pensam ser impossível de acontecer. Por outro lado, do ponto de vista metodológico, vivenciar e trabalhar, através da pesquisa e das vivências profissionais, com uma outra cultura, com outra forma de viver e enxergar o mundo, requer da pessoa um certo distanciamento da própria realidade, e sensibilidade para compreender como se dá a outra dinâmica. O povo Mbya Guarani, é considerado um povo especial, pois mesmo após 500 anos de contato com a sociedade não indígena consegue manter muitos dos seus costumes, seus rituais, sua língua, sua forma de existir, o modo de ser Guarani *Nhandereko*.

As coletividades pertencentes ao subgrupo Mbya Guarani, parcialidade do povo indígena Guarani abordado neste trabalho, estão localizadas em zonas de Bioma Mata Atlântica sobrepostas pelas regiões Sul e Sudeste do Brasil estendendo-se à Floresta Estacional Decidual e adentrando em alguns dos países vizinhos do Cone Sul da América:

[...] os Mbyá Guarani costumam os territórios do Cone Sul: enlaçam amorosamente o litoral do Paraná e suas ilhas às paisagens que se estendem ao norte até encontrar o estado brasileiro do Espírito Santo; projetam-se ao sul, pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para, então, ingressar nas fronteiras do Uruguai. A oeste, essa territorialidade circular Mbyá segue pelos grandes rios que articulam a bacia hidrográfica Atlântica à bacia dos rios Paraná e Prata, adentrando nos países vizinhos do Paraguai e Argentina. (FREITAS, 2016, p. 38).

Os Mbya se reconhecem como uma sociedade em movimento, livre e que vive junto à floresta, ecossistema que reúne elementos materiais e simbólicos fundamentais para a prática do modo de viver e ser Guarani. O caminhar Mbyá através de seu território interliga espaços reconhecidos e cultivados, mantidos e ativados constantemente pela presença de pessoas e grupos. Esta ecologia é inseparável de sua existência, “pois, inserida no conceito mais amplo de território que sabidamente pelo Mbya se insere num contexto histórico (mítico) cíclico, portanto, infinito, pois ele é o próprio mundo Mbya.” (LADEIRA, 2007, p.67).

As narrativas que evocam a autoreferência social Mbyá incluem a menção recorrente à mensagem divina que é revelada e cumprida por eles para que procurem “seus verdadeiros lugares”, resultando em constante mobilidade no território. Nesse andar, os Mbyá se tornam passageiros em seu destino, conservando os pontos de passagens, paradas, aldeias e interagindo através das dinâmicas sociais, políticas e ecológicas de parentesco. (FREITAS, 2004; LADEIRA, 2008).

Suas aldeias/*tekoa* são estabelecidas com base em preceitos espirituais e ambientais. Esses lugares se revelam “através de elementos da flora e da fauna típicos

da Mata Atlântica, de formações rochosas e mesmo de ruínas de edificações antigas, indícios que confirmam essa tradição.” (LADEIRA & MATTA, 2004, p. 8).

Nas palavras de Maria Inês Ladeira:

As espécies vegetais, animais, a hidrografia, o relevo que compõem a Mata Atlântica fazem parte do universo material e espiritual Guarani. Quando eles ‘partem em busca de seus verdadeiros lugares’, a orientação divina para o assentamento das famílias se dá em consonância também, embora não de forma exclusiva, com os recursos naturais existentes, e as condições para o sustento do grupo. Por isso as matas, cada vez mais raras, vão se tornando mais significativas para os Mbya (Ladeira, 1990, p. 63).

A ecologia guarani e a sua relação com os recursos naturais merece um estudo mais detalhado, pois a vivência com o meio ambiente é determinada por regras muito bem definidas, que vão compor o espaço social, político-religioso e econômico que tornam o lugar possível para a realização do “modo de ser guarani”.(LADEIRA, 2007, p.165).

Nesta pesquisa, assumimos que há um conjunto diverso de motivações, relações e percursos ativados pelos constantes deslocamentos Mbyá ao longo de seu território, e todos eles, independente de sua escala e intensidade, integram o modo de viver Mbyá. Nosso objetivo é contribuir para o entendimento desta diversidade de deslocamentos e estabelecer uma aproximação mais específica das motivações, relações e percursos envolvidos na *Oguata Porã*, caminhada à beira do oceano, foco do presente estudo.

Conjugando estudos anteriores e narrativas enunciadas por interlocutores e interlocutoras desta pesquisa, é possível afirmar que a *Oguata Porã* envolve um deslocamento em escala migratória, com pontos de partida geralmente situados na porção oeste do território e em direção ao leste, até encontrar a porção litoral do continente. Esse percurso ocorre em movimento quase contrário ao caminho das águas dos maiores rios que demarcam esse espaço, e na segunda maior bacia da América Latina, a bacia hidrográfica do rio da Prata.

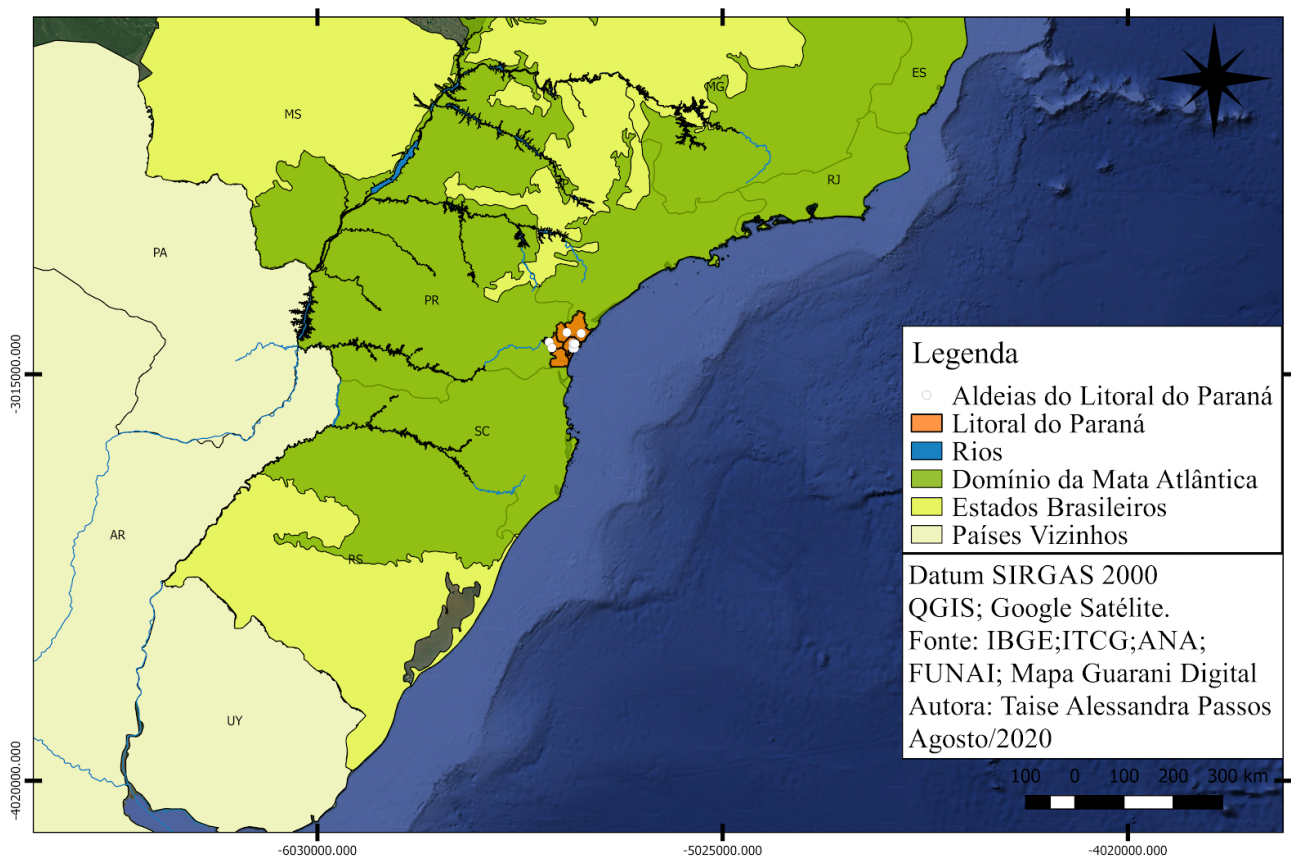
### **Território e Terra Indígena**

Diversas pesquisas apontam a necessária distinção entre as categorias de terra indígena (direito assegurado aos *índios* na Constituição Federal Brasileira de 1988, categoria administrativa e jurídica adotada em procedimentos de reconhecimento e regularização fundiária) e território (espaço de vida de um povo, berço de relações ambientais, sociais, cosmológicas, ecológicas) (FREITAS, 2012; LADEIRA, 2008). O território é sempre mais amplo que qualquer limite fundiário reconhecido pelo Estado e

daí resulta uma série de tensões socioambientais envolvendo os interesses sociais decorrentes de processos coloniais, povos indígenas<sup>1</sup> e o Estado.

Os processos de regularização fundiária e demarcação de terras indígenas não consegue abranger a complexidade cultural e territorial dos povos, sobretudo no que diz respeito aos deslocamentos, que atravessam espaços de diversas naturezas jurídicas e administrativas (FREITAS, 2006). De acordo com Maria Inês Ladeira, tais deslocamentos dependem não somente de preceitos do mundo físico, mas do mundo espiritual, que nesse caso, se baseiam no propósito de encontrar uma “terra plena de bem viver”- *Yvyju Mirĩ*, “terra sem males” - *Yvy Marãey*, caminhar para o bem. (LADEIRA, 2007).

### Localização das aldeias/tekoá Mbyá Guarani no litoral do Paraná no contexto territorial da Mata Atlântica



Ademais, “o conceito de território é totalmente diferente de um povo para outro, e todos, entre si, guardam infinita distância à ideia patrimonial de terra que fundamenta

o direito moderno” (SOUZA FILHO, 2005, p.149 citado por JABUR, 2018). Nesse sentido, Paul Little propõe considerar:

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que o território foi defendido e/ou reafirmado. (PAUL LITTLE, 2002, p. 254)

Se concordamos com Paul Little (2002), que “um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social”, seria impossível discutir sobre o território Mbya Guarani sem considerar de forma indispensável suas dinâmicas de mobilidade e interpretá-las no âmbito do seu sistema cultural (GEERTZ, 1997). Tampouco pode-se desconhecer os constrangimentos de suas dinâmicas territoriais pelo processo colonial e civilizatório que fundam as nações e o Estado moderno.

Segundo Ladeira e Matta (2004), na perspectiva de mundo Guarani “o território supera os limites físicos das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de mundo que implica na redefinição constante das relações multiétnicas e no compartilhar espaços” (LADEIRA & MATTA, 2004, p. 8). Ainda segundo as autoras (2004, p.8), a “apreensão de seu território, por sua vez, afirma-se no fato de que suas relações de reciprocidade não se encerram exclusivamente nem em suas aldeias, nem em complexos geográficos contínuos.”

Cabe destacar que o livre acesso Guarani a seu território, que inclui a mobilidade constante, se vê permanentemente atravessado por conflitos e tensões que dificultam o exercício de sua territorialidade. Advindos da sociedade nacional envolvente, tais conflitos constroem as dinâmicas de movimento deste povo, embora tais dinâmicas permaneçam se estabelecendo, com mais ou menos expressão, apesar das circunstâncias impostas.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, são reconhecidos aos índios o direito às terras que tradicionalmente ocupam, cabendo ao Estado demarcar e proteger todos os seus bens, conforme o artigo 231 do texto constitucional. Entretanto, tal horizonte de direitos não se efetiva em sucessivos governos. Fato é que grande parte das terras indígenas no Brasil não estão regularizadas, sendo expostas a todo tipo de atravessamento dos interesses proprietários circundantes, que incluem a propriedade privada e estatal, projetos de desenvolvimento, parques, etc. Nesse sentido, os Mbyá Guarani necessitam cotidianamente reafirmar seu direito de estar e viver no território,

buscando a efetivação do reconhecimento estatal das terras ocupadas tradicionalmente, à exemplo das terras indígenas do litoral do Paraná.

Para Ladeira (2007), a maior dificuldade talvez seja encontrar a forma de conciliar :

[...] a extrema necessidade de terra e a urgência em garantir o que restou do território mbya (ou de seu mundo invadido) com um pensamento peculiar que abomina qualquer tipo de disputa pela terra, que, por sua vez, determina uma atitude desprezada, cortês e generosa até com seus evidentes “inimigos”. Manifestam, muitas vezes, uma atitude contrária à própria demarcação, que, para eles, além de uma limitação de espaço, significa a própria deformação de seu mundo. ( LADEIRA, 2007, p. 22)

As concepções que orientam a sociedade moderna, pautadas por uma relação dicotômica entre sociedade e natureza (DIEGUES, 2008), se reproduzem na redução de um conjunto de direitos socioambientais a limites fundiários arbitrários, expressos no ato administrativo da demarcação da terra indígena, sem reconhecer um largo horizonte de vida que se traduz no território que um povo ocupa. Ademais, o que “define a terra indígena é a ocupação, ou posse ou “estar” indígena sobre a terra.” (JABUR, 2018).

Mesmo reconhecendo esse descompasso, devido aos altos graus de desmatamento e degradação ambiental por séculos de colonialismo, a demarcação das terras deve ser entendida como um mecanismo fundamental para a garantia de parcelas mínimas de território que possibilitem o que prevê o artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988, ou seja, os recursos necessários para a manutenção e reprodução do modo de vida indígena, no caso, a vida Mbyá.

Não obstante, não podemos desconsiderar que o Estado, em diversos momentos de sua história, utilizou-se da lógica da proteção, também expressa na demarcação das terras indígenas, como forma de dominação e controle sobre os deslocamentos indígenas. Como citado por Ladeira (2007), isso significa para os Mbya “ limitação de espaço” e a “deformação de seu mundo”, “a imposição de limites territoriais é uma necessidade da sociedade nacional que não é assimilada pelos Guarani, haja vista sua peculiar forma de ocupação” (LADEIRA, 2008, p.98). De fato, a noção de propriedade privada da terra, bem como sua delimitação, não conjuga com a noção de território presente nas sociedades indígenas (RAMOS, 1986 citado por LITTLE, 2002, p.261). Afinal, “para os guarani, o valor da terra não se mede com negociações.” (LADEIRA, 2008, p.96).

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora

dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território. (LITTLE, 1994).

Em síntese, a manutenção da vida Mbya Guarani é indissociável de suas dinâmicas territoriais e socioambientais, a qual inclui uma variedade de movimentos, deslocamentos, motivados por diferentes intimações, mas que podem estar interligados e se complementarem (LADEIRA, 2008, pg.102). Dentre as motivações expressas na mobilidade Mbyá Guarani estão as relações de parentesco, afetivas, casamentos, políticas e rituais, o fluxo de biodiversidade em seus corredores ecológico-culturais onde circulam plantas, animais, matérias-primas, que podem ser encontrados em diferentes lugares ao largo de todo o território (FREITAS, 2004)

E as relações sociais, cosmológicas e ambientais são de fato o motor desta enorme mobilidade. Conforme Ladeira (2008):

A manutenção e o descobrimento pelos Mbya de seus lugares, nessa ampla extensão geográfica, perdura, pois, até os dias de hoje, produzindo novos modelos de relacionamentos. Nesse sentido, o território Guarani, enquanto um espaço de uso e de construção, não é fragmentado porque suas aldeias não sobrevivem isoladas umas das outras, Por meio de seu modo de vida, os Guarani mantêm uma dinâmica sociocultural que se desenvolve em toda a sua dimensão territorial. (LADEIRA, 2008, p.100)

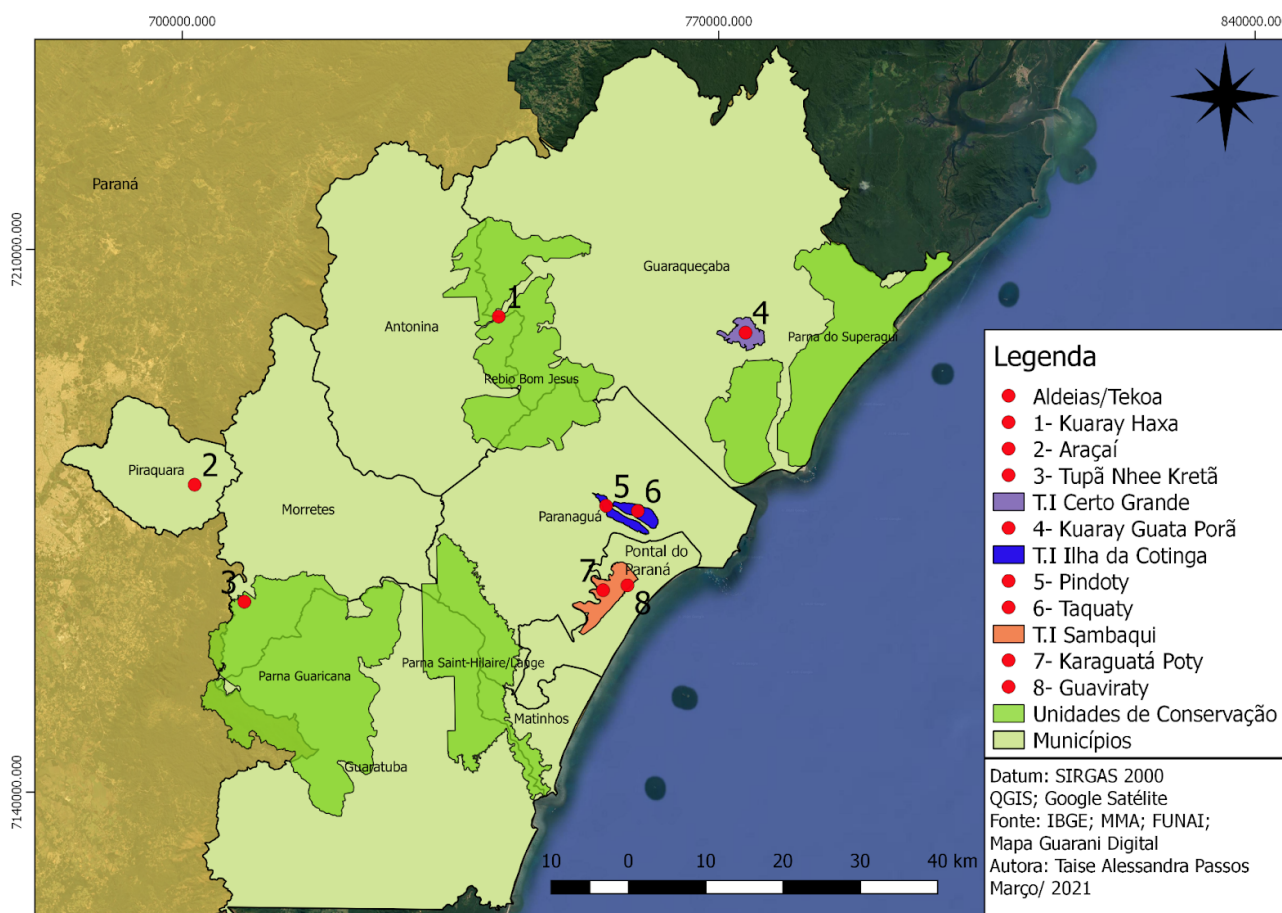
## 2. TERRITÓRIO MBYÁ GUARANI NO LITORAL DO PARANÁ

As coletividades Mbyá Guarani situadas no Litoral do Paraná estão localizadas em pequenas parcelas territoriais, nos municípios de Pontal do Paraná (*Tekoa Karaguatá Poty* e *Tekoa Guaviraty*), Guaraqueçaba (*Tekoa Kuaray Guata Porã* e *Tekoa Kuaray Haxa*), Paranaguá (*Tekoa Cotinga* e *Tekoa Takuaty*), Piraquara (*Tekoa Araçai*) e Morretes (*Tekoa Tupã Nhee Kretã*).

Em alguns trabalhos podemos encontrar referências a aldeias “desocupadas” ou consideradas pontos de passagem, localizadas na Ilha do Mel (*Eiretã*), Ilha do Superagui (Barra Ararapira (*Jejyty*), *Piragüi* e Morro das Pacas), ambas no município de Paranaguá, e na Ilha das Peças em Guaraqueçaba (Peças e Pescada), sendo essa última relatada por um morador da aldeia Cerco Grande, como um lugar de passagem (LADEIRA, 2008). “A Pescada fica cinco horas de barco. Lá tem uma casinha que a gente fica cinco dias, lá tem paca, tatu, acuti (cutia), quati, é o que tem lá.” (LADEIRA, MATTA, 2004).

O litoral do Paraná, assim como o litoral de Santa Catarina e São Paulo, estão inseridos na Grande Reserva da Mata Atlântica, região onde se encontra a maior porção de Mata Atlântica conservada no mundo. Composta por diversas unidades de conservação de proteção integral, como Parques Nacionais, Estaduais, Reservas Particulares e Biológicas, e unidades de uso sustentável como as Áreas de Proteção Ambiental - APA. Devido ao forte interesse de se conservar se torna um ambiente regulado ao uso humano, restringindo permanência e a prática dos costumes dos povos e comunidades tradicionais, pescadores, caiçaras, indígenas e quilombolas que vivem nesta região.

### Áreas de Estudo: Aldeias/tekoás Mbyá Guarani no contexto Litoral do Paraná



A situação de sobreposição entre unidades de conservação da natureza e terras indígenas é marcante na área de estudos. A *Tekoá Kuaray Haxa*, por exemplo, está sobreposta pela Reserva Biológica do Bom Jesus, na divisa do Município de Morretes

e Guaraqueçaba. As Reservas Biológicas são unidades de proteção integral com a finalidade de “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”, espaço em que não se permite a interferência humana direta, somente a visita pública para fins educacionais ou pesquisas científicas (SNUC, 2000). Essa categoria de unidade de conservação gera diversos conflitos em relação à permanência indígena em seus territórios, impedindo não apenas a habitação, mas o manejo, coleta de materiais para construção das casas, artesanato e a caça.

A *Tekoa Tupã Nhee Kretã* também é sobreposta por uma unidade de conservação de proteção integral, o Parque Nacional Guaricana, no município de Morretes. A categoria de Parque Nacional tem como intuito a “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica”, permite pesquisas científicas, ações de educação ambiental e turismo ecológico (SNUC, 2000). Sendo assim, igualmente restringe e é incompatível com a presença de povos e comunidades tradicionais em seu interior. Um diferencial na ocupação humana nesta terra indígena em relação às outras do litoral é que o território da aldeia é compartilhado por grupos que integram alianças de parentesco envolvendo duas etnias: Mbyá Guarani e Kaingang.

No que se refere aos conflitos socioambientais, outro obstáculo à permanência e mobilidade Mbya Guarani no Litoral do Paraná são os grandes projetos de desenvolvimento envolvendo empreendimentos portuários. A exemplo, o porto de Paranaguá, maior porto graneleiro da América Latina. A área de influência direta e principalmente indireta de um porto abrange os municípios vizinhos ao município de construção de um empreendimento desta dimensão, avançando pela porção marinha e lagunar dos territórios e modificando toda a dinâmica de uma região antes e depois de sua implementação. Tais impactos incluem o aumento do fluxo de veículos, construção de novas estradas, aumento da população das cidades do entorno e de empreendimentos voltados para a atividade portuária, diversificação e incremento de resíduos, resultando na poluição do ar, aquíferos, solos e do mar por onde os navios trafegam.

Nos estudos de impacto ambiental dos portos do litoral do Paraná pouco se fala sobre seus impactos sobre os povos e territórios indígenas de sua área de influência e entorno. Além do porto de Paranaguá, há projeto de um complexo portuário que envolve a construção de uma série de estruturas, como uma estrada, gasoduto e aqueduto, na cidade de Pontal do Paraná. A área de implementação desses empreendimentos vai afetar diretamente as terras indígenas Sambaqui, Ilha da Cotinga,

e indiretamente todas as demais terras indígenas e o conjunto do território Mbyá Guarani no litoral do Paraná.

Em decorrência do modelo de desenvolvimento nacional os grandes projetos são intensificados: saneamento e abastecimento de água, usinas nucleares, sistemas de transmissão de energia elétrica, barragens, construção de estradas e rodovias, gasodutos, entre outros, todos pleiteando o uso dos recursos naturais das áreas de ocupação Guarani, sobretudo os hídricos, ou incidindo sobre elas. Além do não reconhecimento das Terras Guarani, esses projetos ignoram, entre outros, o Decreto n° 1.141 que dispõe sobre a proteção ambiental nas áreas indígenas e seu entorno. ( LADEIRA & MATTA, 2004, p.9).

As terras indígenas Sambaqui e Ilha da Cotinga possuem duas aldeias, a primeira *Karaguatá Poty* e *Guaviraty* e a segunda *Pindoty* e *Taquaty*, essa última criada mais recentemente, há aproximadamente dois anos. Desse conjunto de coletividades e espaços, a única terra indígena regularizada e homologada no litoral do Paraná é a Terra Indígena Ilha da Cotinga, com uma área de 1.041ha. As terras indígenas Cerco Grande e Sambaqui se encontram identificadas e delimitadas, a terra indígena *Araçaí* em estudo, e as terras indígenas *Kuaray Haxa* e *Tupã Nhee Kretã* estão qualificadas. (FUNAI; WILLRICH, 2020).

### **3 A OGUATÁ PORÃ PELAS LENTES BIBLIOGRÁFICAS**

Para os Mbya a espiritualidade se encontra como o alicerce de sua cultura, nela se encontram os fundamentos e condições para a vida no mundo e os ensinamentos sobre convivência, tolerância e estratégia (LADEIRA, 2007). “A sociedade Guarani, tem na palavra oral a sua força e forma criativa de expressão e de transmissão” (LADEIRA, 2008,p.28) e é através das narrativas dos mitos que essa espiritualidade é passada dos mais velhos para os jovens, e se concretizam não apenas através da ação nos rituais e princípios por eles seguidos, mas também por meio das revelações e visões recebidas de Nhanderu, pois “os discursos e ensinamentos proferidos cotidianamente estão sempre vinculados aos “mitos” de origem (CADOGAN, 1992).

Como cultura viva e em movimento, os mitos são reestruturados conforme a necessidade de explicar acontecimentos, interagindo e se complementando entre si, sendo “possível aos Mbya incorporarem ou se apropriarem de elementos da sociedade envolvente sem que isto signifique que estejam passando por um processo de perda de identidade étnica.”(LADEIRA, 2007 p.77).

O mito é uma história verdadeira por que se refere sempre a realidades” (Eliade, 1963, p.13). Assim, a história sobre a origem ou descoberta das aldeias e do que se constitui o território mbya é verdade porque a ocupação mbya no litoral é um fato. (LADEIRA, 2007, p. 76).

A ocupação Guarani no litoral brasileiro antecede a chegada dos europeus, isso é narrado não somente nos mitos, mas também consta em registros bibliográficos de autores clássicos na etnologia Guarani, tais como León Cadogan e Hélène Clastres, que relatam e descrevem a ocupação Guarani do litoral e as migrações.

A Terra sem Mal foi o núcleo à volta do qual gravitava o pensamento religioso dos tupis-guaranis: a vontade de chegar a ela governou suas práticas: esteve na origem de uma diferenciação nova, nascida do xamanismo, que viria a isolar uma categoria especial de xamãs: os caraís, os homens-deuses cuja razão de ser era essencialmente promover o advento da terra sem mal. Pois a atividade dos homens - deuses não se limitava a discorrer sobre as maravilhas da terra eterna: propunham-se a conduzir os índios para ela (grifo nosso). Sabe-se que desde a conquista até o começo deste século numerosas migrações afetadas pelas tribos tupis e guaranis tinham como único objetivo a procura da Terra sem Mal. Além disso, é muito provável, como sugere Métraux, que migrações semelhantes (isto é, provocadas por motivos exclusivamente religiosos) tenham acontecido antes da chegada dos europeus... (CLASTRES, 1978, p.56 apud LADEIRA, 2007, p.66)

Pode-se dizer que os Mbya Guarani possuem duas vertentes migratórias: a primeira é relacionada às relações sociais, parentesco, políticas, intercâmbios de matérias-primas e rituais, e a segunda assume caráter em escala continental, definida pela migração no sentido oeste leste de seu território, e esta última se conjuga com o sentido conferido a um caminhar rumo ao mar, em busca da “Terra sem Mal”, *Yvy Marãey*. As narrativas míticas localizam a “Terra sem Mal” após o mar, lugar verdadeiro de Nhanderu - *Nhanderu retã*. Segundo os mitos, os avós dos Mbya de hoje atravessaram com seus corpos e espíritos para esse lugar que inclui, na sua definição de povo, “(...) a mensagem divina a eles revelada e por eles cumprida de que devem procurar “seus verdadeiros lugares”, por meio de caminhadas (*-guata*), o que faz deles essencialmente passageiros, com um destino comum”. (LADEIRA, 2007, pg.38).

No começo do mundo não existia o *jurua*. Pois o branco veio do outro mundo, de outra ilha (*yy paũ*). Pois o começo do mundo é *Nhande yvy memema* são nosso mundo, nossa terra, só nossa. *Nhande Kuéry*, de todos nós, que somos *Mbya*.” ( Depoimento de Davi da Silva LADEIRA, 2007, p.85)

O termo adotado pelos Mbyá Guarani para mencionar essa modalidade de caminhada à procura da “terra sem males” é *Oguata Porã*, “caminhar para o bem”,

“caminhada à beira do oceano”. Portanto, o litoral e as ilhas do litoral são considerados espaços sagrados, pois além de possuírem as características ambientais que estruturam e nutrem a cultura Mbyá, se encontram mais próximos ao objetivo espiritual que orienta o horizonte deste povo indígena. Nesse território sagrado litorâneo, entre terra e mar, ainda hoje os sábios e anciãos dizem ser possível revelar alguns pontos quase monumentais, através dos quais os antigos *Mbya* fizeram a passagem para *Yvy Marãey*. Embasada em estudos clássicos como os de Cadogan (1992), Ladeira observa que nas *Oguatá Porã* os Mbyá buscam um lugar semelhante aos primórdios do mundo, com mata, água boa, terra para plantio do milho, liberdade suficiente para se concentrarem em suas rezas. Para ela, “a obsessão de encontrar esse lugar ideal é a razão de permanecerem longos períodos de tempo em locais que são o oposto do que ambicionam” ( LADEIRA, 2007, p. 45)

Então, do começo do mundo, vieram andando, procurando seus lugares, seus verdadeiros lugares. Vieram do começo do mundo e andaram pela beirada do oceano, para encontrar o fim do mundo (*yvy apy*). Eles andaram sobre as águas e ficaram no meio das águas, nas ilhas. Eles andaram para o bem [...]. Eles andaram e atravessaram as águas, parando sempre no meio do oceano. Então, deixaram as ilhas para nós, filhos caçulas, para vivermos nesses lugares [...] Quando eles vieram, eles passaram onde hoje se chama Argentina, Uruguai e Paraguai. Depois vieram para esse mundo (Brasil) [...] e foram fundando os lugares para depois serem cidades (*tetã*). Passaram em *Kuriyty* (Curitiba) e pararam algum tempo. Ali se separaram. Alguns desceram pelo mato à procura de seu lugar. E encontraram *Opavãpy* ou *Iparavãpy* (Paranaguá). E de novo se separaram naquele lugar. E de lá foram para as ilhas (*yvy pau* = espaço no céu, ou *yy pau* = espaço nas águas), no meio do oceano. (Depoimento de Davi da Silva, LADEIRA, 2008 p.105).

As caminhadas *Oguata Porã* são guiadas por líderes espirituais, que através dos sonhos recebem a orientação de *Nhanderu* para onde seguir. Essas caminhadas podem durar meses ou anos, passando por diversas cidades, florestas, rios e aldeias.

Além do motivo comum - a busca da terra sem mal (*yvy Marãey*), da terra perfeita (*yvyju miri*), o paraíso, onde para e chegar é preciso atravessar a ‘grande água’ - , o modo como os grupos familiares traçam a sua história através das caminhadas, recriando e recuperando sua tradição num ‘novo’ lugar, faz com que sejam portadores de uma experiência de vida e de sobrevivência também comuns (LADEIRA,2007, p.41)

No livro *Terra Guarani no Litoral* (LADEIRA & MATTA, 2004), temos o relato de uma senhora, anciã sábia/*Xedjari Mbya* Guarani, Aurora Carvalho da Silva, que realizou uma *Oguata Porã* junto de sua família. Ela conta que a caminhada começou quando ela ainda era criança. O primeiro lugar em que viveu foi a aldeia *Pindovy*, no Paraguai,

espaço em que começou sua *Oguata* junto com seus avós e sua mãe, indo em direção a Santa Maria, na Argentina, onde ficaram por sete anos. Desde então, Aurora e sua família passaram por diversos lugares, mudando sempre que algum dos líderes do grupo recebia uma revelação ou sonho indicando para onde deveriam seguir. Depois do Paraguai, Aurora passou por Santa Maria, Argentina, e de lá vieram para o Brasil, através de Porto Xavier, no estado do Rio Grande do Sul. Neste período, quem liderava a caminhada era a sua mãe. Passaram pelas regiões de São Miguel das Missões, até Pelotas, atravessando as bacias dos rios Jacuí e Camaquã, no estado do Rio Grande do Sul. Depois, foram para a aldeia do Rio Branco, Aldeia do Jaraguá, Itariri, Rio Comprido, Rio Silveira, Ubatuba, no estado de São Paulo, seguindo até *Parati Mirim*, no estado do Rio de Janeiro, até chegar na aldeia de Boa Esperança, no estado do Espírito Santo.

Durante todo o relato registrado por Ladeira e Matta (2004), *xedjari* Aurora cita passagens e acontecimentos que geraram os deslocamentos, sempre guiados pelas orientações e preceitos divinos de *Nhanderu*. “Assim, verdadeiramente, Nhanderu nos iluminava como fazer e seguir. Assim eram nossos costumes verdadeiros. Agora eu compreendo bem o que minha mãe fazia.”(Depoimento de Aurora Carvalho da Silva, LADEIRA & MATTA, 2004, pg.14)

Então, sempre caminhando, nós chegamos aqui. E minha mãe revelou que alcançamos os lugares por onde passaram *nhande ramoí* (nossos avós) antigamente, os avós antigos que fizeram a mesma caminhada para se encantar e alcançar *yvy marãey*. E nós temos que ter a mesma firmeza para alcançar o que eles alcançaram. E foi assim que nós ficamos aqui ( Aldeia Boa Esperança), e minha mãe reunia todas as forças para alcançar seu objetivo no espaço sagrado. Essa foi a nossa caminhada e foi muito difícil, pois muitas vezes não sabíamos o que ia acontecer e tínhamos que esperar. (Depoimento de Aurora Carvalho da Silva, LADEIRA & MATTA, 2004, pg.14).

## Notas e Trabalho de Campo

As fontes bibliográficas ganham sentido quando encontram ressonância nas narrativas recolhidas durante trabalho de campo que embasa a presente pesquisa. Destaco as situações vivenciadas no Programa Bem Viver Guarani na Bacia Atlântico Sul e no Projeto de Etnodesenvolvimento E-commerce, quando tive a oportunidade de uma experiência significativa ao presenciar um relato breve sobre uma *Oguatá Porã* recolhido na aldeia *Kuaray Haxa*, quando dentro da Casa de Reza/*Opy* nos sentamos à beira do fogo, fumando tabaco ritualmente no cachimbo guarani/*petyngua* e sorvendo a erva-mate. Ali, junto ao cacique Rivelino, sua esposa Elza e alguns outros indígenas da

aldeia, conversamos por cerca de duas horas sobre o projeto que estava por acontecer, todos animados e ansiosos para que pudéssemos ver os resultados. Durante a conversa surgiu o assunto sobre a “busca pela terra sem males”, quando Elza relatou brevemente como foi a sua chegada até a tekoá *Kuaray Haxa*. As motivações inspiradoras dessa caminhada envolvem sonhos e revelações, enunciadas na ideia de busca pela terra sem mal. Ali, junto ao fogo, Elza falou sobre o momento em que recebeu a visão. Falou sobre a coragem necessária para que uma pessoa possa alcançar a terra sem mal, invocando a proteção e os desejos de *Nhanderu*, que orienta para que a pessoa vá em busca do seu verdadeiro lugar sem medo, se preciso sozinha, pois essa é uma missão pessoal - as demais pessoas que quiserem ir junto podem ir, mas seus movimentos pessoais, embora muitas vezes ocorram coletivamente, devem ser assumidos pessoalmente.

#### **4 EM BUSCA DOS SENTIDOS DA OGUATÁ PORÃ: DIÁLOGOS COM JULIANA KEREXU**

Para aprofundar a compreensão dos sentidos conferidos pelos Mbyá Guarani aos deslocamentos vivenciados em seu território, mantivemos diálogo com a arista, líder e ativista Mbyá Guarani Juliana Kerexu Mariano. Juliana é protagonista no movimento de luta pelos direitos indígenas, pela demarcação de terras e organização das mulheres indígenas há mais de 15 anos e há dois anos é cacique da *Tekoa Taqaty*, na Ilha da Cotinga, município de Paranaguá, litoral do Paraná.

Em diversas oportunidades, Juliana participou de atividades realizadas pelo Laboratório de Interculturalidade e Diversidade/LaID no Setor Litoral da UFPR e tem sido parceira em exposições, eventos e na orientação de estudantes universitários indígenas e não indígenas da universidade, parceira e co-autora (FREITAS, MARIANO, CAVALHEIRO, 2020) na pesquisa, ensino e na extensão universitária (ver <http://www.litoral.ufpr.br/portal/blog/noticia/netos-de-makunaimi-encontros-de-arte-indigena-contemporanea/>).

A partir dessa inserção, Juliana Kerexu acolheu com generosidade essa pesquisa e colaborou nas entrevistas realizadas na segunda metade de 2020, em ambiente remoto, em virtude da pandemia de COVID19.

Juliana Kerexu nasceu em *Pindoty*, Aldeia Antiga da Ilha da Cotinga, e sua trajetória inclui o deslocamento para aldeia de Ibirama, Santa Catarina, acompanhando sua mãe que na ocasião buscava melhores oportunidades de estudo para ela e seus seis irmãos.

A escuta de Juliana Kerexu permite reconhecer o lugar central das mulheres Guarani na estrutura e na base de sustentação dos processos comunitários Mbyá. As mulheres, segundo Kerexu, se inserem na luta pelos direitos indígenas na medida em que rompem uma camada de silêncio e começam a falar e expor suas questões. Nesse processo passam também a assumir posições diferentes em suas sociedades, por exemplo, de liderança política, na função de cacique. A força das ancestrais, mães e avós, que nutriram e sustentaram a geração de Kerexu, prepararam essas mulheres contemporâneas para romperem o silêncio e se moverem promovendo o território, a educação e a vida de seus filhos. Em primeira pessoa, optamos por transcrever a entrevista com Juliana Kerexu, de modo a preservar sua evocação narrativa

“Eu sou Juliana Kerexu, estou há quase dois anos *na frente* da aldeia, sou cacique aqui da *Tekoa Taquaty*, na Ilha da Cotinga.

Há mais de 15 anos que eu estou nessa luta, que inclui o movimento das mulheres indígenas no movimento de luta pelos direitos indígenas, pela demarcação das terras.

Minha mãe também veio com essa força, ela largou tudo, a aldeia onde ela criou os filhos, para dar a oportunidade dos filhos estudarem. Então, eu sou nascida aqui na Ilha da Cotinga, na Aldeia Antiga da Ilha da Cotinga.

Nasci e cresci aqui, mas minha mãe decidiu levar a gente para Santa Catarina. Com essa força, também dela, eu sou a única filha dos sete filhos dela, que também é Kerexu.

Minha mãe sempre me incentivou, sempre me falava “Kerexu eu não quero que você seja igual a mim, que sempre fui tímida de falar as coisas, eu não quero que você se acomode”. Então ela sempre criou os filhos todos da mesma forma, ela nunca me tratou diferente por eu ser a única mulher, quando eu fui pra lá, quando eu tive meu filho - eu tive meu filho muito cedo, mas na nossa cultura a adolescência tem outro significado - devido também a questão do meu pai, tudo, eu casei muito cedo né, então eu tive meu filho com 14 anos, quando eu tive ele eu comecei... devido eu ter passado por várias dificuldades também, com o marido, eu coloquei pra mim mesma que eu não ia depender de ninguém mesmo, morei longe da minha mãe tudo.

Eu comecei quando eu vi essas dificuldades essas violências que eu passava, eu coloquei pra mim mesma, eu me espelhei na minha mãe na minha vó, que elas sempre falavam que eu venho de uma linhagem de mulheres fortes, que vinha as pajés, parteiras, eu vim delas, então eu sempre coloquei pra mim que eu ia me virar, me dobrar, mas que eu não ia depender do meu marido, ou dos pais dele, que nunca me aceitaram direito.

Então a partir dali eu comecei a aprender os artesanatos, comecei a sair para vender artesanato, com várias outras mulheres da aldeia, e a partir dali eu vi que as mulheres passavam por tantas dificuldades, preconceitos, racismo e muita das vezes violência dentro das cidades por as pessoas não terem esse conhecimento, do porquê as mulheres estão saindo com os filhos pra vender artesanato.

Então a partir dali eu comecei a sentir, veio com muita força aquilo. Uma cena que até hoje me dá um nó na garganta quando eu lembro, foi uma vez a gente tava saindo de Joinville, a gente foi pra cidade de Joinville e tinha que pegar mais um ônibus pro centro, e a gente sempre ia em várias mulheres juntas, para se proteger e tudo também, quando a gente entrou no ônibus, aqueles ônibus antigos tinha as cadeiras viradas uma para frente da outra, quando a gente sentou, foi uma outra moça, bem jovem também, que teve filho e o neném queria mamar, e dentro da nossa cultura não tem esse olhar diferente, pro corpo, pros seios, a gente não tem problema nenhum em tirar o peito e dar de mamar pro filho, quando ela tirou, tinha um casal na nossa frente, e não sei, acho que a mulher ficou tão incomodada com aquilo, que começou a falar umas coisas pro marido, e o marido ficou sem jeito e ficou irritado e falou alto pra mulher “mas você quer que eu faça o que? Que eu peça pra ela moça não dá de mamar pro filho porque você não pode deixar os seios à mostra”

Então aquilo ali, nossa eu fiquei com aquilo tão... me veio com uma força muito grande, aquele momento, aquela imagem que eu vi, e quando eu voltei pra casa, eu chamei as mulheres, de alguma forma a gente tem que fazer, esse movimento de mudar a nossa realidade, os caciques, os maridos de vocês tem que entender que nós que passamos por tudo isso, todos os dias, tendo sol ou chuva, foi ali que eu comecei a entrar mesmo nessa luta, pra sempre buscar o espaço das mulheres, espaço de fala, que elas muitas das vezes não tem esse entendimento, mas elas podem, então esse foi o começo, já vai fazer 16 anos...

Então há quase dois anos eu estou cacique, mas assim eu entendo que, eu sempre busco, eu sempre falo, que eu não vou ser uma porta voz delas, mas eu vou abrir caminhos, eu vou abrir esse espaço pra elas ocuparem esse espaço, então eu sempre falo que nós mulheres indígenas, nós somos as bases estruturais dessa comunidade, a gente tem que entender, se todos não entenderem que essa base estrutural ela tem que se manter forte, para que tudo que está em cima dela não caia, então nós ancoramos essa casa” (Depoimento de Juliana Kerexu, 2020).

No depoimento, a autonomia econômica faz parte do horizonte de força das mulheres Mbyá, força essa que Kerexu reconhece e mobiliza. Esse horizonte de autonomia apoia-se no circuito de arte indígena, no conhecimento das técnicas e na possibilidade de andarem no seu território, se deslocando entre aldeias, cidades, vendendo sua arte e exercendo sua cultura feminina de mulheres livres para nutrir seus

filhos, com seus corpos livres, sem se deixar constranger pelo olhar e pela moral da sociedade envolvente.

Os deslocamentos de Juliana Kerexu no território envolvem o nascimento e residência atual na Ilha da Cotinga, mas abarca um percurso que abrange, ao sul, a aldeia de Ibirama, estado de Santa Catarina, e ao norte a aldeia Paraty, no estado do Rio de Janeiro, local onde residia uma tia avó e onde Kerexu viveu por quatro anos para novamente se deslocar, ao sul, até a aldeia do Morro dos Cavalos, Santa Catarina. Costurando as terras do litoral, nessas idas e vindas, o caminhar de Kerexu ocorre nas duas primeiras décadas do século XXI, período em que em diversos contextos e movimentos sociais emergem lutas e agendas feministas e ecofeministas (MARX & CELIBERTI, 2017)

Em nossas conversas buscamos reconhecer as distinções entre estes deslocamentos, motivados pelo acesso à educação, visita de parentes e outras motivações da vida neste mundo e aqueles de mais longa duração, não apenas horizontal sobre a terra, mas vertical, pautados pela espiritualidade, naquilo que na literatura e nas narrativas sagradas se designa por *Oguatá Porã*. Em uma das entrevistas perguntei a Kerexu se sua mãe já havia participado de uma *Oguatá Porã*.

Bom, ela é registrada como nascida em Ibirama, Santa Catarina, mas toda a minha família, os meus avós, bisavós, vieram ali da região de Misiones, Argentina. Minha mãe conta um pouco do que lembra, dessa grande caminhada que eles fizeram lá da região missioneira de Santo Ângelo, São Miguel, para cá, para o litoral. Eles vieram para Santa Catarina. Minha mãe recorda um pouco dessa caminhada. Ela não lembra quantos dias ou meses se passaram para que eles chegassem até aquela região de Ibirama, Chapecó. Ela fez isso e de lá eles vieram para Ilha da Cotinga. Para nós a Ilha da Cotinga, assim como todas as ilhas aqui do litoral do Paraná, é considerada um lugar sagrado. (Depoimento de Juliana Kerexu, 2020).

Nessa mesma conversa, perguntei mais diretamente: O que é a *Oguata Porã* pra vocês?

Quem começou a *Oguata Porã*, foram os nossos antepassados que atravessaram para terra sem males. Ao longo dos anos eles começaram uma grande caminhada que até hoje existe o caminho que fizeram pra cá, orientados por *Nhanderu*, para virem pra essas ilhas, e foi a partir daqui, que eles fizeram a passagem para terra sem males. Uma parte ficou para repassar os conhecimentos para nós que estávamos vindo. A partir disso, essas ilhas, essas terras, se tornaram sagradas, aqui não era um lugar para se construir uma aldeia, era um lugar de busca, do fortalecimento da espiritualidade, de busca do conhecimento dos nossos ancestrais que passaram, era um lugar de ligação com *Nhanderu*.

Então aqui, até alguns anos atrás, era um lugar que nós vínhamos, também Oguata Porã, e quando nós fazíamos essa caminhada para vir ficar um período aqui, buscar conexão, espiritualidade, fortalecimento dela, e depois voltar para nossas aldeias, mas ao longo do tempo os não indígenas começaram a ocupar essas áreas, então da década de 50 pra cá, eles perceberam que se não ocupassem essa aldeia, da Ilha da Cotinga, não tinha mais como ter acesso a essas terras sagradas, foi aí que começou o processo de luta para demarcação.

[...]quando se faz um *Oguata Porã*, que hoje a gente fala que é mais nessa época do ano (*setembro*), que a gente conhece como *Ara pyau*, que pra nós é o ano novo, muitos pajés, mais velhos, recebem através dos sonhos, esse norte, essa orientação, então muitos, devido às áreas que eles vivem, que falta uma terra boa pro plantio, não tem caça suficiente, não tem água boa, então eles recebem de alguma forma, através dos sonhos essa orientação, essa visão de uma área, onde lá eles vão poder ter acesso ao que eles estão precisando, então começa a caminhada, às vezes vai uma família, às vezes vão mais, depende do momento.

[...] O conhecimento que a gente tem, que aprendi com a minha vó, e assim por diante, é que Nhanderu, deus, criou a terra sem formas, ele gerou e a partir desse momento que ele gerou esse mundo, essa terra, sem a forma como essa terra é hoje, ele pensou como que eu vou fazer agora, aí do momento, ele não queria manda o filho dele pra cá, simplesmente, vim pra cá na terra e pronto, mas sim ele queria ensinar os filho como que tem que buscar o conhecimento dele, ai ele gerou a primeira mulher, através do sopro dele em uma flor, daí foi gerado essa primeira mulher, com *Nhanderu Nhamandu*, que o sol, filho dele, primogenito dele, no ventre então a partir do momento que ele gerou ela, conforme ela ia andando começou a gestação dela, então *Nhanderu Nhamandu*, quando ele nasceu, ele veio com esse propósito de dar forma para criação do pai dele.

Foi ele que deu as formas dos rios, da água, das montanhas, as formas das árvores, as cores das flores, e tudo, então a partir do momento que ele soube dessa missão, ele começou a sua caminhada também, que é *oguata porã*, para conduzir os rios, para que eles saíssem pro mar, conforme ele ia puxando as árvores cresciam, todas as árvores frutíferas que a gente conhece, foi *Nhanderu Nhamandu* que criou, gerou. Então o sol, ele chegou um momento que ele se sentiu, muito sozinho e pediu pro pai dele, de alguma forma, dar uma companhia a ele, daí *Nhanderu* falou, “então vai lá na beira do rio e faça uma forma de uma pessoa, na lama, depois amanhã cedo você vai olhar”. Quando ele foi olhar no outro dia de manhã, aquela forma que ele tinha feito não tava mais ali, e quando ele olhou pra uma árvore, tava todo saltitante e conversador era o lua, que para nós é masculino, que é o irmão dele, então eles começaram a dar forma pro mundo.

Só que são dois opostos, Nhamandu, tem as feições ele é mais moreno, do cabelo liso e estatura mais baixa, e o lua é mais clarinho, com o cabelo mais

crespo, enroladinho e de estatura mais alta, então são dois opostos né, que precisavam existir para dar forma pro mundo, então *Nhamandu*, quando *Nhanderu* falava “você não vai por esse caminho você não vai olhar pros lados, e nenhum momento”, ele fazia a caminhada sem olhar pros lados, se ele pedisse pra ele ir andando com os olhos fechados ele ia, mas *Jaxy* não, ele sempre foi “porque que a gente tem que fazer dessa forma”, “porque eu não posso fazer isso”, então ele sempre foi muito questionador, ele não obedecia, tinha essa personalidade mais forte, por isso que hoje tem essa fala, que hoje eu acordei virado na lua, vem desse conhecimento nosso também, são dois opostos que precisou pra dar a forma desse mundo.

Essa busca, é sempre pra nos fortalecer, essa espiritualidade, esse conhecimento para que a gente possa sempre estar repassando esse conhecimento pros mais jovens, para que eles continuem. Por ser uma área sagrada, onde nossos antepassados atravessaram, muitos quando chegam aqui, sentem bastante, eu já sou nascida aqui, mas muitos que vem pra cá, por exemplo, pessoal do Rio Grande do Sul, uma parte ali de Morretes e de Paranaguá, eles vieram com *oguada porã*, que *Nhanderu* mostrou pra eles através dos sonhos, uma indicação, pra onde eles tinham que ir. (Depoimento de Juliana Kerexu, 2020).

Nesse diálogo, fomos também nos deslocando na compreensão dos movimentos Mbyá em seu território. Na narrativa, é possível reconhecer diferentes escalas, intensidades e durações. As motivações igualmente poderiam ser arroladas distintivamente entre aquelas dos deslocamentos em uma escala relativamente mais de ordem local, e os de escala territorial mais ampla, regional ou mesmo transnacional. Entretanto, a questão central reside nas motivações e desafios de ordem ontológica, subjetiva, pessoal implicados nos deslocamentos, as itinerâncias que perpassam o andar Guarani em seu território. A escuta de Juliana Kerexu nos permite pensar que tais deslocamentos estão relacionados a diversas motivações, mas que sempre envolvem uma dimensão da espiritualidade, orientadas por meio de revelações. Nessa perspectiva, as *Oguatá Porã* - caminhadas para o bem viver - não podem ser reduzidas a um único sentido - nem territorial, nem de significado. Um estudo mais aprofundado exigiria investigar cada um dos feixes de sentido que mobilizam o andar Guarani em seu território e pesquisas futuras deverão ser desenvolvidas sobre essa temática.

Considerando a força narrativa do saber guiado, que parece estar presente nos protagonistas das *Oguatá Porã*, conforme as narrativas recolhidas, perguntei : O que torna uma pessoa escolhida?

A gente fala que o *Oguata Porã*, tem o significado de sempre, não vamos conseguir mais fazer a mesma coisa que eles fizeram, esse acesso a travessia, mas a gente é ensinado que a gente tem que transformar em terra sem males onde a gente vive, o lugar que estamos, a casa que estamos, é o ensinamento

de sempre ter essa bondade, de querer ajudar o outro, de estar sempre dispostos, isso é o que a gente tem que transformar nela.

Uma coisa que eu valorizo muito é essa questão dos sonhos, esse dom de você receber algo através dos sonhos, mas para você merecer isso, *Nhanderu* te mostrar algo, você tem que sempre aprender a lidar com as pessoas, sempre o respeito, a bondade, a fraternidade, do cuidado com o outro, aprender viver em comunidade, que não é fácil, mas a gente tem que sempre estar dispostos a aprender.

Minha falecida vó sempre falava, “nós seres humanos viemos pra essa terra varias e varias vezes, porque a gente sempre tem que aprender um pouco mais, cada vez que nós viemos pra cá” então ela sempre falava que todos nós viemos com propósito de evolução espiritual, então todas as vezes que viemos pra cá, a gente tem que ta aberto a aprender com o outro, a sempre respeitar o outro, porque quando você aponta o dedo pra alguém, ou julga alguém, você tem que ter certeza que você também vai ser julgado, então a gente sempre aprende desde criança, é um respeito que a gente trás dos nossos antepassados. Esse é o nosso modo de viver, o jeito de ser do povo Guarani, é essa tranquilidade, essa temporalidade nossa, a gente não se baseia, no tempo, nas horas, por exemplo, mas sim no sentir, nesse modo que a natureza, nossa mãe terra, ela que nos dá o lugar certo, a hora certa, pra gente ir fazendo e construindo isso.

*Ara pyau*, é o começo do ano novo, e é o começo também da *Oguata Porã*, que essa troca, que muitas das vezes os mais velhos ir pra outros lugares, pras outras áreas que tenham por exemplo, trocar uma semente que tal lugar não tem, o milho guarani, e através dessa troca, a gente não só troca sementes, mas troca sabedoria, conhecimentos, a gente fortalece aquela sabedoria, a gente transforma todo esse contexto do que é *Oguata Porã*, da força do *oguata porã*.

No final do mês de agosto, eu fiz uma live, com a Eunice Kerexu e outras mulheres de vários outros estados pra falar sobre *Oguata Porã* e o *Ara pyau* em tempos de pandemia, então foi um tema interessante da gente discutir, que daí traz de novo a importância desse conhecimento, que hoje a gente não tem mais a oportunidade de fazer a mesma travessia que os nossos antepassados fizeram, com o corpo físico, claro o nosso espírito vai ter esse acesso, mas, pra gente transformar o lugar onde a gente vive nessa terra sem males que tanto buscamos, não adianta eu querer aquilo, não ter acesso, mas eu tenho que ter entendimento também, que eu tenho que ser essa pessoa merecedora, o que eu to fazendo pra eu ser merecedora daquilo, o que eu tenho que fazer para transformar a minha aldeia, transformar o lugar que eu vivo, minha casa, meus familiares, o que eu tenho que fazer, é bem nesse direcionamento que a gente sempre busca.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, buscamos reverberar os sentidos de andar no território Mbyá Guarani, buscando uma aproximação compreensiva dos sentidos de um tipo especial de caminhar guiado, designado *Oguatá Porã*. Na pesquisa, reunimos notas de campo produzidas durante vivências no bacharelado em Gestão Ambiental no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná e enquanto bolsista no Laboratório de Interculturalidade e Diversidade/LaID, relatórios de projetos de desenvolvimento, dos quais tivemos a oportunidade de participar, mas fundamentalmente dos diálogos com interlocutoras Mbyá Guarani. Especialmente as imagens que emanam da experiência, da trajetória e da narrativa de Elza Fernandes e Juliana Kerexu Mariano, e que evocam as intimações das mulheres e sua determinação em busca do livre exercício de viver e andar, o que inclui a gestação, a maternidade e o devir anunciado pelos filhos, mas também o interpretar da presença das divindades, dos sonhos, do saber guiado. O andar das mulheres Guarani revela uma força que orienta sua *oguatá*: tal força vem de suas ancestrais, cuja trajetória e aconselhamentos apontam valores e caminhos.

Nas conversas com Juliana Kerexu é possível perceber que há diferentes motivações para os deslocamentos guarani no território, há situações de deslocamentos locais em escala microrregional e há motivações para deslocamentos translocais, que atravessam bacias hidrográficas, florestas, cidades, estados e países em busca de um objetivo comum entre os Mbya - que é o acesso à terra sem males, lugar de *Nhanderu, Nhanderu retã*.

A existência dos povos indígenas, suas línguas e horizontes culturais antecede a colonização e tem por direito originário, afirmado em um conjunto de leis, protocolos e convenções, o reconhecimento de seus territórios e de terras que reúnam espaços mínimos e suficientes à garantia de sua manutenção e reprodução social, condição indispensável à vida das futuras gerações.

No Brasil, é necessário que o Estado garanta, por meio de suas instituições, a efetivação de direitos territoriais previstos no conjunto das leis e normas correlatas, recepcionadas no artigo 231 da Constituição Federal Brasileira de 1988, tais como a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT ou a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas - PNGATI. Aos governos, cabe disponibilizar orçamento e recursos que garantam a efetivação de tais direitos. Os territórios não são apenas suporte para a existência cultural, mas são produto permanente de suas dinâmicas. Nesse contexto, o direito ao território e ao movimento dentro do território, é imprescindível ao exercício da autonomia dos povos indígenas e reconhecimento da existência de seus modos diversos de viver, radicalmente álgeros do

atual modelo hegemônico de sociedade. Para os Mbya Guarani, se moldar, se adequar ou se misturar ao mundo do branco significa o próprio fim do mundo Mbya. “As palavras do *jurua* não deve ser seguida meus filhos caçulas. Como enunciado pelos interlocutores indígenas, nas pesquisas fartamente documentadas, o sistema do *jurua* (*jurua rekopa*) não deve ser seguido. (LADEIRA, 2007, pg. 161).

Nossa pesquisa revela, em ressonância à pesquisas anteriores, que a trilha da *oguata* não é reduzida a estrada material que se pisa - ela atravessa uma trilha espiritual que corre num outro plano, um rio fluante, que transpassa os sentidos físicos. Através das entrevistas com Juliana Kerexu, percebemos que nos deslocamentos em escala local, no cotidiano de territórios sobrepostos e fragilizados pelas dinâmicas coloniais, a identidade Mbyá Guarani é posta o tempo todo em confronto com as identidades regionais, e o colonialismo se evidencia no preconceito. Por outro lado, nas *Oguatá Porã*, ou seja, nos deslocamentos translocais, o que está em movimento é o *ethos* Mbyá (GEERTZ, 1989), como num rio fluante e acima dos males do mundo, esse povo indígena se desloca investido de coragem, exercendo poder e força extra humanas, divinas, motivado por questões que transcendem o humano e o natural e abarcam o extra-humano e o sobrenatural.

A relação com a floresta e os seres a sua volta, faz parte desse modo áltero de estar no mundo Mbyá Guarani e pode ser um exemplo de convivência harmoniosa e respeitosa com a natureza, motivação para o conhecimento de um horizonte de humanidade que podemos ser. Ser Mbyá é experienciar uma cultura viva, que se mantém em movimento não somente em seu território, mas entre os seres e matérias que o habitam, astros, minerais, animais e plantas, gentes e divindades, se ressignificando constantemente, apesar dos constrangimentos gerados pela sociedade envolvente. A pesquisa para compreender essas dinâmicas deve ser também constante, pois não se esgota e é sempre incompleta, e a universidade pode e deve ser uma ferramenta de aproximação entre essas realidades diferentes, que no caso dos Mbyá Guarani, são um exemplo do modo de viver que queremos e podemos ser. Nesse sentido, a pesquisa deste TCC inicia uma caminhada que ambas, as pesquisadoras e interlocutoras, seguimos trilhando nesse querer sentir-saber.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Capítulo VIII - Dos Índios.

CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta–Textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá.** Colección Obras de León Cadogan. Volumen II. Serie Etnología I. Asunción: Fundación León Cadogan, CEDUC-CEPAG, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** 6<sup>a</sup> ed. Ampliada - São Paulo : Hucitec : Napaub - USP/CEC, 2008.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. A Poética do Belo Caminhar: Arte, ecologia, narrativa e resistência Mbyá Guarani. **TOM Caderno de Ensaio #4**, Curitiba, Vol.2, n.4, UFPR. julh./dez., 2016.

\_\_\_\_\_. Territórios Ameríndios: espaços de vida nativa no Brasil Meridional. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida et alli. **Povos Indígenas & Educação.** 2<sup>a</sup>. Ed. Porto Alegre: Ed. Mediações, 2012.

\_\_\_\_\_. Tekoa Ka’aty – **Relatório Ambiental Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani Mato Preto, Rio Grande do Sul.** Brasília: FUNAI/UNESCO, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estudos complementares ao EIA/RIMA referentes ao componente indígena voltado ao processo de Licenciamento Ambiental do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina e Litoral Catarinense.** Porto Alegre: NEOCORP, 2006.

FREITAS, Ana Elisa de Castro; MARIANO, Juliana Kerexu; CAVALHEIRO, Andressa. **Acariciando os cabelos da terra com os pés: a poética caminhante e a territorialidade resiliente das filhas de Karaí Chy Ete.** VI Congresso da Associação Latinoamericana de Antropologia. Montevideo (virtual) : 2020

GEERTZ, Clifford. **O saber local.** Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

JABUR, Gisele. **A defesa dos direitos dos povos indígenas nos conflitos socioambientais em unidades de conservação: Tekoa Kuaray Haxa.** Curitiba, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-Mbya**: significado, constituição e uso. Maringá, PR: Eduem; São Paulo : Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **O caminhar sob a luz**: território mbya à beira do oceano. São Paulo: Editora UNESP, 2007. il.

LADEIRA, Maria Inês; MATTA, Priscila. **Terras Guarani no litoral**: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós=*ka'agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue y*. São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista, 2004.

LADEIRA, Maria Inês. **YY PAÛ ou YVA PAÛ**. “Espaço Mbya entre as águas ou o caminho aos céus”. Os índios guarani e as ilhas do Paraná. São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista, 1990.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico, v. 28 n.1, 251-290, 2002.

MARX, Vanessa; CELIBERTI, Lilian. Diálogo de mulheres de fronteira no contexto da Universidade Popular dos Movimentos Sociais: novas metodologias e agendas. **Iluminuras**, Porto Alegre, v.18, n.43, p.119-133, jan/jul, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. **Três reflexões sobre os povos indígenas e a Lei 11.645/08**. Revista Eletrônica Moitará, Edição Especial V.4, N.3, Desidério Aytai e a Etnomusicologia, Dossiê Terra Indígena Parte 2. Araraquara - São Paulo, Fundação Araporã, 2016.

SNUC - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Ministério do Meio Ambiente.

WILLRICH, Caroline. **Presença Guarani no Litoral do Paraná: Aprendendo com o Nhanderekó**. Matinhos, 2020.

Sites:

<http://www.litoral.ufpr.br/portal/blog/noticia/netos-de-makunaimi-encontros-de-arte-indigena-contemporanea/>

<https://guarani.map.as/#/>

## 6 VIVÊNCIAS PROFISSIONAIS

Os Mbya Guarani, estão localizados principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde concentram-se no litoral dos estados, e em alguns Países vizinhos, sendo eles o Uruguai, Paraguai e Argentina, territorialidade essa que segue pelas bacias dos rios Paraná e Prata. ( LADEIRA, 2007; FREITAS, 2016). A venda do artesanato para o povo Guarani, é uma das únicas fontes de renda para suprir suas necessidades. Nesse sentido, o projeto E-commerce, da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, através da venda online, busca estimular o artesanato como fonte de subsistência das aldeias Guarani Mbya do Litoral do Paraná. O campo do programa, é inserido no território Mbya Guarani do litoral do Paran A interface institucional do campo é composta pela FUNAI, através das Coordenações Técnicas Locais- CTLs de Paranaguá, a UFPR Litoral, através do Laid e as comunidades Guarani Mbya, que tem como eixo as Opy. As atividades do projeto ocorreram entre junho e dezembro de 2019.

Os Mbya Guarani procuram estabelecer suas aldeias/*tekoa*, com base em preceitos espirituais, esses lugares, demonstram, “através de elementos da flora e da fauna típicos da Mata Atlântica, de formações rochosas e mesmo de ruínas de edificações antigas, indícios que confirmam essa tradição.” (LADEIRA & MATA, 2004, p. 8). Ladeira, 2007, explica que:

“os Mbya do litoral devem ser considerados uma população especial, mesmo em relação ao restante da própria população Mbya majoritária do interior (Brasil, Paraguai, Argentina), apesar de compartilharem todos um mesmo ideal religioso.[...], eles vêm se sujeitando a viver em condições especiais, do ponto de vista dos demais Guarani, para pôr em prática, por meio das migrações, seu ideal religioso.” (LADEIRA, 2007, p. 37).

Os Mbya veem a sua presença junto a mata, lugar onde colocam em prática o modo de viver e ser Guarani, inseparável de sua existência, “pois, inserida no conceito mais amplo de território que sabidamente pelo Mbya se insere num contexto histórico (mítico) cíclico, portanto, infinito, pois ele é o próprio mundo Mbya.” (LADEIRA, 2007, p.67). Incluem em sua tradução como grupo, a mensagem divina que é revelada e cumprida por eles para que procurem “seus verdadeiros lugares”, resultado da constante mobilidade, se tornam passageiros em seu destino, onde conservam pontos de passagens, paradas, aldeias e interação através das dinâmicas sociais, políticas e de parentesco. (LADEIRA, 1990;2008).

O litoral dos estados brasileiros do sul e do sudeste, a “margem do mundo” ou “a beirada do oceano”, “atribui às aldeias do litoral um significado religioso e científico”, pois é a partir do litoral que “se estrutura o cosmo e se define a geografia do grupo mbya.” (LADEIRA, 2007, p. 24.). O propósito espiritual citado, diz respeito a procura pela *yvy marãey* terra sem males, vivida através da *Oguata porã* “A caminhada à beira do oceano” que segundo Ladeira 2007, “é o mito em que os Mbya de hoje, os “filhos caçulas”, revivem através de um empenho coletivo o que, de certa forma, garante a preservação do grupo todo”.(LADEIRA, 2007, p. 70) Sendo assim, o litoral, a beira do mundo, beira do oceano, para os Mbya é de extrema importância, sendo privilegiado por estar mais próximo ao objetivo “a história sobre a origem ou descoberta das aldeias e do que se constitui o território mbya é verdade porque a ocupação mbya no litoral é um fato.”(LADEIRA, 2007, p. 72)

Esse projeto foi colocado dentro do plano de trabalho anual da CTL Paranaguá, com aprovação da FUNAI SEDE de Brasília, pela Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento, com a ideia da criação de um site para venda de artesanato indígena online. As reuniões ocorriam quase sempre uma vez por semana, no período da tarde, com os integrantes do LAID e da FUNAI, junto aos integrantes contratados para realizar as atividades técnicas do projeto E-commerce, entre eles um fotógrafo e um programador/design de sites. Durante uma das reuniões foi feita uma apuração acerca da vulnerabilidade das aldeias, por diversas questões, como facilidade de acesso e projetos em andamento com as aldeias, e através dessa avaliação, elegemos duas aldeias consideradas de maior vulnerabilidade segundo os critérios escolhidos, para a realização inicial como projeto piloto, sendo elas Kuaray Haxa e Kuaray Guata Porã. Durante as reuniões também decidimos, qual seria o melhor formato pro site, a forma como seria administrado, formulação dos documentos de orçamentos dos materiais, transporte, alimentação e documentos das pessoas envolvidas, assim como as metodologias das oficinas de administração e produção de etiquetas com os indígenas.

O site funcionará de forma com que, as pessoas consigam visualizar as aldeias do litoral do Paraná e escolham uma delas para ter acesso aos artesanatos disponíveis, depois de escolher uma aldeia, as peças serão divididas por artesão, onde irá conter uma foto do objeto e diversas informações, tamanho, de que material é produzido, onde é coletado e o significado desta, se houver. Os objetos produzidos, geralmente são, esculturas de animais em madeira, Caixeta, como onça, macaco, tamanduá, cobra, tatu, coruja e outros pássaros, Cestos/balaios feitos de cipós, adornos corporais, feitos geralmente de miçangas, sementes e penas, e outros objetos como, arco e flecha, chocalhos, filtro dos sonhos e cachimbos/*pytangua*. Depois de escolher a peça o pedido

chegará no celular do indígena que produziu, através de um aplicativo onde será possível administrar e alimentar o site. Uma observação que o grupo integrante do projeto considerou de importância para ser acrescentada ao site é a de que os objetos, poderão variar em seu tamanho, cor e formato, já que se trata de objetos produzidos a mão e geralmente com produtos naturais, não se pode garantir uma padronização na produção.

A primeira atividade de campo ocorreu do dia 18 ao dia 20 de novembro de 2019. No primeiro dia, fomos a aldeia Kuaray Haxa, onde dentro da Opy casa de reza, nos sentamos a beira do fogo, fumando *pytangua* e tomando mate, junto ao cacique Rivelino, sua esposa Elza e alguns outros indígenas da aldeia, ali conversamos por cerca de duas horas, sobre o projeto que estava por acontecer, todos animados e ansiosos para que logo pudessem ver os resultados. Durante a conversa, surgiu o assunto sobre a “busca pela terra sem males”, onde a Elza relatou brevemente como foi a sua chegada até a aldeia em que mora agora, já que o motivo para ela ter se mudado para aquela região, era a busca pela terra sem mal, e falou sobre quando recebeu a visão, a coragem necessária para a pessoa alcançar a terra sem mal, e a proteção e desejos de Nhanderu, de que a pessoa vá em busca do seu verdadeiro lugar sem medo, e se preciso sozinha, pois essa é uma missão individual, que as pessoas que quiserem ir junto, podem ir, mas tem que ser por objetivo individual.

No outro dia fomos a aldeia Kuaray Guata Porã, logo que chegamos, pude presenciar o responsável pela APA de Guaraqueçaba, convidando a liderança indígena para participar do conselho da APA, ele explicou sobre as unidades de conservação presentes na APA, as comunidades tradicionais e outras entidades que participam do conselho, considero que foi uma experiência bem importante, pois vi o trabalho de um gestor ambiental sendo posto em prática, e pude fazer uma análise crítica sobre como esse processo estava acontecendo, porém, não pretendo entrar em detalhes sobre. Almoçamos e logo após começamos as atividades, com a oficina de fotos e a coleta de informações sobre os artesanatos, conseguimos montar a planilha com as informações e dados bancários dos artesãos, já que cada um receberá em sua conta o valor dos artesanatos vendidos. Pela noite, geralmente os moradores da aldeia se reúnem na *opy*, e rezam e cantam para as suas divindades, este momento pessoalmente foi o mais importante, já que exige confiança por parte de todos os indígenas para realizarem seus rituais junto aos *jurua/não* indígena, eles agradeceram a nossa presença e nós agradecemos a hospitalidade e a confiança e após isso dormimos na *opy*. No outro dia as atividades seguiram da mesma forma, com as fotografias e os catálogos, terminamos, após o almoço, já que não podíamos demorar muito devido a

maré, para chegar e sair da aldeia somente através de barco, conversamos com a diretora da escola indígena, os professores e a pedagoga e nos despedimos.

O trabalho para a conclusão desse projeto ainda vai continuar, muitas etapas ainda vão vir pela frente, o site ainda será concluído e em breve funcionará. Como foi dito, primeiramente será concluído o processo com as duas aldeias, para que mais para a frente possa funcionar em todo o litoral do Paraná, e em outras regiões que aderirem ao projeto. Esses projetos foram de extrema importância para minha carreira quanto gestora ambiental, pude olhar de dentro os processos de um projeto de etnodesenvolvimento, quais os passos para realizá-lo, as burocracias que ele envolve, desenvolver a capacidade de pensar em um projeto seja ele ambiental ou socioambiental, é o que vai permear a minha profissão. Pude entender um pouco do que é o trabalho da FUNAI, apesar das minhas diversas críticas ao que está enraizado em um órgão que é do Estado, que passa por diversas mudanças no período atual. Pude ver a natureza e o ser humano vivendo em harmonia, diferente do que muitos pensam ser impossível de acontecer.

Vivenciar e trabalhar com uma outra cultura, com outra forma de viver e enxergar o mundo, requer da pessoa um certo distanciamento da própria realidade, e sensibilidade para compreender como se dá a outra dinâmica. O povo Mbya Guarani, é considerado um povo especial, pois mesmo após 500 anos de contato com a sociedade não indígena, conseguiu manter muitos dos seus costumes, seus rituais, sua língua, sua forma de existir, o modo de ser Guarani *NandeReko*.

## **7 MEMORIAL DE PROJETO DE APRENDIZAGEM**

Minha primeira ideia do Projeto de Aprendizagem foi desenvolver um estudo de caso sobre os impactos socioambientais no entorno do Parque Municipal Arthur Thomas, localizado entre a zona leste e sul do município de Londrina, fiz algumas pesquisas sobre a gestão do parque, li o plano diretor, mas sempre fiquei em dúvidas sobre continuar por medo de ter dificuldades de realizar pesquisas de campo no decorrer do trabalho. Depois pensei em fazer um estudo de caso sobre a ocupação em torno da PR- 277 no trecho da Serra do Mar, mas acabei não me identificando com o tema.

A partir do segundo ano do curso, me interessei pela cultura indígena e os conflitos territoriais que envolvem a permanência dessa população no Brasil, iniciei minha pesquisa com na cultura Kaingang e as mulheres Kaingang e algum tempo

depois comecei a pesquisar e ler sobre a cultura Guarani em especial a Mbya, nesse período transitei também, pela questão territorial e cultural quilombola, ainda com bastante dúvida do que escolher. Minhas pesquisas nessa área sempre foram em torno da questão de demarcação de terras, mas a partir do momento em que eu conheci o livro "O caminhar sob a luz" da Maria Inês Ladeira, me apaixonei pela questão mais central da cultura Mbya Guarani, que não se distancia do assunto das demarcações e conflitos territoriais, mas chama atenção para buscar entender o que de fato é a cultura Guarani Mbya em sua essência.

## **8 MEMORIAL DE INTERAÇÕES CULTURAIS E HUMANÍSTICAS**

O meu primeiro ich foi o de Saúde Ambiental, orientado pela professora Suzane de Oliveira, do curso de Saúde Coletiva, onde foi tratado crimes e desastres ambientais, como derramamento de óleo, energia nuclear exposta no ambiente, acúmulo de plástico no ambiente e no organismo, os possíveis riscos e consequências para natureza e pro ser humano, e até epidemias e pandemias e bioindicadores.

O segundo ich, Curando a Mãe Terra, foi proporcionado pela professora Juliana Quadros, de Gestão Ambiental, junto de mais alguns estudantes de outros cursos. Nesse Ich discutimos sobre direitos animais, consumo de alimentos de origem animal e como reduzir a nossa produção de lixo. Foi exposto quais os efeitos que o consumo de carne tem para o planeta terra devido a industrialização e a produção em massa, que gera efeitos na natureza na forma de desmatamento, compactação do solo, poluição das águas, do ar e etc, além dos hormônios e antibióticos envolvidos nos processos, a produção de soja para a produção de ração, e claro, o sofrimento animal, que nasce e morre sofrendo encarcerado dentro das indústrias de carne. Também foram trazidas alternativas de como cozinhar alimentos veganos, e algumas opções de produtos de higiene menos nocivos para a natureza.

O terceiro ich, Surfich, foi ofertado pelo professor Luciano Huergo da Gestão Ambiental, envolvendo aulas teóricas e práticas. Nas aulas teóricas podemos entender como funciona as correntes marítimas, os ventos e suas direções, as fases da lua, a influência das baías e como tudo isso influencia na formação das ondas, principalmente no litoral do Paraná, além de ter nos ensinado alguns métodos de se salvar de afogamentos e ajudar outras pessoas que possam estar se afogando, com a ajuda da prancha ou não. As aulas práticas nos ajudaram a perceber com os próprios sentidos as causas e o funcionamento das ondas, além da aproximação com o mar, aprendendo a respeitar e cuidar desse ecossistema.

O ich do quarto semestre, foi o Capoeirich, orientado pelo professor Leôncio Reis, do curso de Educação Física. Esse ich pode ensinar através das aulas teóricas e práticas a história da capoeira, e conseqüentemente a história do Brasil, explicando como ela se desenvolveu através da vivência de negros escravizados no Brasil, como dança, luta, resistência, disciplina, desabafo, espiritualidade e fuga da realidade em que viviam na época. Através, também, das letras das músicas, essa cultura foi passada de geração em geração e vive até os dias de hoje, contando a história de pessoas como Besouro.

O ich Expansão da Consciência, foi meu quinto ich, guiado pelo professor Ernesto Jacob Keim. Nesse ich foi discutido temas de bem estar da consciência, meditação, autoconhecimento, algumas culturas e práticas de ligação da consciência humana com o cosmos e também algumas questões sobre física quântica.

O Ich no Quilombo, ministrado pela professora Ana Josefina Ferrari e o professor Luiz Fernando de Carli Lautert, foi realizado junto com o quilombo de Batuva em Guaraqueçaba. Em sala de aula a gente pode discutir vários conflitos da vivência quilombola, trazendo à tona a questão territorial e de direito como povo e cultura tradicional brasileira, defendida por diversas leis federais. Tivemos a oportunidade de visitar o quilombo algumas vezes, participando do dia a dia das pessoas que moram lá, a produção de produtos artesanais e tradicionais, o sistema de plantação da comunidade e alguns conflitos envolvendo o órgão ambiental da região e o direito de estar em terras tradicionais.

Guerra dos Mapas: terra, território e poder, sétimo ich que participei, proporcionado pela professora Letícia Ayumi Duarte e o professor Marcelo Varella. Esse ich mostrou como através dos mapas pessoas e comunidades inteiras podem ser invisibilizadas, pois, somente alguns são detentores do conhecimento e conseqüentemente do poder, como as periferias são formadas e negligenciadas, e colocadas nessa situação de forma intencional, e nos ensinou a usar ferramentas de geoprocessamento como o qgis, de forma consciente, responsável e com compromisso de mostrar a verdade. Foi falado sobre os processos culturais que transformam a terra em território de povos e comunidades, e como através do poder muitas vezes estes perdem o direito ao que se tem de base para existir, ser e estar, o território.

Meu último ich foi o ICHEEA- Formação humana na perspectiva Estético-Ambiental, juntando a educação ambiental e a educação estética, buscando desenvolver a sensibilidade, a apreciação da natureza, a reaproximação com o meio, analisando as subjetividades e se posicionando de forma contrária ao sistema hegemônico de relação com o ambiente. Esse ich me fez lembrar o módulo optativo

que cursei com a professora Liliane Tiepolo, sobre Ecologia Profunda que falava a importância da experiência com a natureza, que através da emoção, do sentimento e da vivência desenvolve o interesse por guardar, cuidar e conservar a natureza.